

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL EM PELOTAS/RS (1990-2020)

SHAIANY GONÇALVES DA SILVA NUNES¹;
IANA LANGE DO AMARAL²

¹UFPEL – shaianygoncalves@hotmail.com

²UFPEL – gianalangedoamaral@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se insere na linha Filosofia e História da Educação do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, é um recorte do projeto de qualificação de tese que objetiva examinar o processo de institucionalização da Educação Infantil Municipal de Pelotas, após o decreto municipal nº 4003, de 8 de setembro de 1999 que estabelece as novas diretrizes para a Educação Infantil no município, transformando as antigas creches municipais, de caráter assistencialista, em Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEI's-, de caráter educacional.

A presente pesquisa se justifica por sua relevância social, contribuindo para o avanço do conhecimento sobre uma área em crescimento da atuação docente que é a Educação Infantil. A institucionalização da Educação Infantil no ensino regular foi estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, no município de Pelotas vem se efetivar após o decreto municipal nº 4003, de 8 de setembro de 1999. Como se sabe, nos municípios brasileiros, as práticas institucionais e pedagógicas, nem sempre correspondem ao que está previsto na legislação educacional. Esta é uma situação que envolve desde o contexto político-econômico e cultural do município até as expectativas e práticas docentes junto às distintas instituições educacionais, apresentando cada uma delas diferentes culturas escolares¹.

Como referencial epistemológico, a pesquisa será alicerçada pela História Cultural CHARTIER (2002), CERTEAU (1998), BURKE (2004) que objetiva “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2002, p. 16-17). A História Cultural parte do pressuposto de que as práticas culturais - modos de vida, atitudes, normas de convivência - geram padrões de vida cotidiana resultando em cultura. As práticas e representações - modos de fazer e modos de ver - “são sempre resultado de determinadas motivações e necessidades sociais” (BARROS, 2004, p.81). Conforme citado, a História Cultural é a referência epistemológica que será utilizada para analisar as práticas e representações que caracterizaram a Educação Infantil tanto em seu caráter assistencialista quanto pedagógico. Compreendendo, dessa forma, que “as práticas e representações são sempre resultado de determinadas motivações e necessidades sociais” (BARROS, 2004, p. 8).

Procurou pensar o município de Pelotas, como um local educativo, uma instância autônoma na educação de seus moradores, um “município pedagógico”, categoria historiográfica proposta por MAGALHÃES (2019). Nesse sentido será

¹ [...] “a cultura escolar é toda a vida escolar: fatos e ideias, mentes e corpos, objetos e comportamentos, maneiras de pensar, dizer e fazer” (Frango, 1995, p. 69).

necessário trazer aspectos da história de Pelotas, bem como fundamentar a categoria “município pedagógico”, a partir do diálogo com outros autores como Wenceslau Gonçalves Neto e Carlos Henrique de Carvalho, Giana Amaral, Alessandro Bica, Toni Honorato, dentre outros, para entender esta espacialidade município pedagógico. O município pedagógico, como perspectiva teórico-metodológica, traz a possibilidade da escrita da “história da educação local singular, interdisciplinar e multidimensional”, relacionada com a história regional e nacional. (HONORATO, et. al. 2019, p.169). Com o intuito de identificar as pesquisas realizadas no Brasil que discorrem sobre a categoria município pedagógico, HONORATO et. al. (2019) realizou um levantamento nos principais periódicos relevantes para a história da educação. Tal pesquisa e seus achados, será utilizada como base para que eu possa operar a categoria município pedagógico utilizando-me de autores relacionados à temática e referenciados no artigo citado.

2. METODOLOGIA

Foi realizado um levantamento de produções científicas que tratassem de estudos relacionados à História da implementação da Educação Infantil. A pesquisa foi feita nas seguintes bases de dados: Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Scientific Electronic Library Online (SciELO), no repositório de teses e dissertações da UFPel e no Google Acadêmico. Usei as seguintes palavras e expressões para a realização dos levantamentos (que não são palavras-chave de estudo, mas expressões que auxiliaram a localizar estudos): *transformação creche x educação infantil*; *institucionalização da educação infantil*; *constituição da educação infantil* e *criação da educação infantil*. Encontrei um número significativo de trabalhos que tratam da Educação Infantil, porém o número decresce no que se trata especificamente da institucionalização da Educação Infantil (Banco de Teses da Capes 7, SciELO 9, Google Acadêmico 35 e repositório UFPel 5). Encontrei um número significativo de trabalhos que tratam da Educação Infantil, porém o número decresce no que se trata especificamente da institucionalização da Educação Infantil (Banco de Teses da Capes 7, SciELO 9, Google Acadêmico 35 e repositório UFPel 5). Após uma leitura dinâmica dos trabalhos encontrados, constatei que não seria viável fazer algum recorte temporal nesta busca, visto que alguns textos não tratam propriamente da forma como quero abordar a temática

As fontes para realização desta pesquisa, serão: a análise bibliográfica sobre o assunto; as legislações federais e municipais referentes à Educação Infantil; as notícias veiculadas nos jornais da cidade de Pelotas; as atas da câmara municipal de vereadores dos anos de 1999 a 2024; entrevistas a serem realizadas com professoras que atuam na Educação Infantil e que participaram do processo de implementação dessa etapa no Município de Pelotas.

É importante destacar que a fonte histórica é que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema de pesquisa. Somente após ter as fontes em mãos é que será possível delimitar de forma mais específica o estudo. Nesse sentido, BARROS (2004) nos lembra que “é precisamente o material através do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo” (Barros, 2004, p.134).

No que se refere as fontes, o trabalho inicial foi de busca nas atas da câmara dos vereadores de Pelotas, que tratassem sobre a educação infantil municipal. Foi possível encontrar no site da Referida Câmara as atas de: Ata 001 da 1ª Sessão

legislativa do quarto ano da 18ª legislatura, realizada em 03/01/2012 até a Ata 119 da 113ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 21ª Legislatura realizada em 13/10/2021. Serão analisadas também as atas de 1999 a 2013, e de 2022 a 2024, que encontram-se em meio físico na Câmara e/ou Biblioteca Pública Pelotense.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado inicial da pesquisa, destaco o levantamento de produções científicas que tratassem de estudos relacionados à História da implementação da Educação Infantil, feito nas principais bases de dados (Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Scientific Electronic Library Online (SciELO), no repositório de teses e dissertações da UFPel e no Google Acadêmico), verifiquei que, ainda são poucas as pesquisas que tratam especificamente sobre a institucionalização desta etapa da escolarização.

Posso citar como exemplo deste fato o texto “Demandas corporais da docência na educação infantil: corpos das professoras em evidência” de SABBAG (2025) que embora trate sobre a educação infantil não aborda o tema específico da pesquisa. Outro exemplo é o texto “A judicialização de vagas na educação infantil em tempo integral: uma análise de decisões judiciais e extrajudiciais” de AUER e ARAÚJO (2023). Outros trazem a temática da educação infantil, porém discorrem sobre processos históricos e políticos, contextos de escolas e processos educativos na e da educação infantil do campo, não propriamente a institucionalização em algum espaço-tempo específico. Esses são textos que poderão me acompanhar em outros momentos, conforme for avançando a presente pesquisa. É importante ter presente que no caminho da pesquisa a escolha pelas referências vão sendo desveladas conforme as problematizações e questionamentos inerentes ao amadurecimento nesta caminhada.

No que se refere a trabalhos que se relacionam com a institucionalização da educação infantil, trago como exemplo PAGNONCELLI (2015) “A Institucionalização da Educação Infantil no Município de Cascavel: uma abordagem histórica (1970 – 2013)”. No texto a autora estuda como foi se constituindo a educação infantil deste município paranaense. Outro exemplo de pesquisa que utilizarei é a de MELO (2019) intitulada “A municipalização da educação infantil pública de Teresina: História, Educação e Memória (1996-2007)”. Neste texto o autor também trata especificamente da municipalização da educação infantil, ou seja, da institucionalização municipal da educação infantil.

4. CONCLUSÕES

Destaco a importância desta pesquisa que busca analisar questões que envolvem a legislação, os poderes locais e institucionais, cotejados com as entrevistas a serem realizadas. Em se tratando de conclusões, a pesquisa encontra-se em fase inicial, portanto ainda não é possível apontar conclusões, porém as expectativas são de contribuir com reflexões sobre a história da educação infantil, especificamente em Pelotas, RS.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUER, Franceila; ARAÚJO Vania Carvalho de. **A judicialização de vagas na educação infantil em tempo integral**: uma análise de decisões judiciais e extrajudiciais. *Educar em Revista*, v. 39, e86425, Curitiba: 2023.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História**: especialidades e Abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução: Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de Fazer. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Portugal: Difel, 2002.

FRAGO, Antônio Viñao. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 0, p. 63-82, 1995.

HONORATO, Tony; VIEIRA, Cesar Romero Amaral; NERY, Ana Clara; MARTIN, Carolina. Município Pedagógico: Diretrizes Teórico-Metodológicas. **Cadernos de Pesquisa em Educação** -PPGE/UFES. Vitória, ES. a. 16, v.21, n.49, p.152-169, 2019.

MAGALHÃES, Justino. Municípios e História da Educação. **Cadernos de História da Educação**, v.18, n.1, p.9-20, jan./abr. 2019.

MELO, Pedro Thiago Costa. **A municipalização da educação infantil pública de Teresina**: História, Educação e Memória (1996-2007). 02/07/2019 141 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, Teresina Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do CCE/UFPI. 2019

PAGNONCELLI, Cláudia. **A Institucionalização da educação infantil no município de Cascavel**: uma abordagem histórica (1970 – 2013) 27/08/2015. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE. 2015

PELOTAS. **Decreto nº 4003**, de 8 de setembro de 1999. Dispõe sobre a criação das Escolas Municipais de Educação Infantil em substituição as Creches Municipais.

SABBAG, Samantha. Demandas corporais da docência na educação infantil: corpos das professoras em evidência. **Revista Brasileira de Educação**, v. 30, e300011. Rio de Janeiro, 2025.